



JUSTIÇA INTERVÉM NA MAIOR FUNDAÇÃO “DE APOIO” À UFSC

Antonio Biondi e Bruno Mandelli
Jornalistas

Possuidora de contratos milionários com empresas como a Motorola e a Embraco, além de beneficiária de generosas verbas do Finep, a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feesc) deve R\$ 5 milhões ao INSS e vinha pagando funcionários como se fossem prestadores de serviços, o que levou o Ministério Público Estadual a pedir a intervenção. A diretoria foi afastada por seis meses e nomeada uma interventora. A Feesc é uma das quatro fundações “de apoio” à UFSC que tiveram suas contas rejeitadas pelo MPE

A Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feesc), “de apoio” à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), encontra-se sob intervenção, por sentença judicial, desde 26 de fevereiro de 2007. A decisão da Unidade de Fazenda Pública de Florianópolis nomeia uma administradora provisória e afasta a diretoria da fundação por um prazo de seis meses, passível de prorrogação. O presidente afastado, professor Júlio Felipe Szeremeta, também é diretor do Centro Tecnológico da UFSC (CTC), principal unidade onde atuava a fundação.

A intervenção foi solicitada pelo Ministério Público Estadual (MPE-SC), com base em representação da Delegacia de Receita Previdenciária de Florianópolis, que detectou irregularidades nas atividades da diretoria da Feesc. A fundação acumula uma dívida ao INSS de R\$ 5,5 milhões. Entre as irregularidades citadas estão “a apresentação de diversas notas fiscais cuja soma não coincide com os valores lançados na contabilidade”, “a utilização de passagens e faturas em que outros foram beneficiados e não o beneficiado pelo reembolso”, “a apresentação de notas fiscais cujas despesas são de cunho pessoal”, além da remuneração de funcionários como prestadores de serviço,

deixando com isso de pagar os tributos devidos.

No seu sítio na Internet, a Feesc divulgou uma “Nota à Comunidade”, publicada no dia 5 de março, em que “torna público que está operando sob intervenção judicial desde o dia 27 de fevereiro de 2007”, registrando depois que “nenhum de seus funcionários foi afastado do cargo (...) de forma que todas as atividades da Feesc

Um contrato da UFSC com a Feesc passível de questionamentos é o que prevê que a fundação implemente o “Sistema Universidade Aberta”, fazendo jus a R\$ 1,66 milhão

se mantêm em plena normalidade”. Afirma que colocará à disposição dos auditores todo o material necessário, “em busca da verdade e da resolução de possíveis problemas a serem apontados”, além de proclamar seus “compromissos com a UFSC”.

A Feesc foi instituída, em 1966, por agentes públicos de peso: além da UFSC, Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), Eletrosul e Eletrobrás participaram da

iniciativa de sua criação, para que atuasse na Escola de Engenharia Industrial, atual CTC. Depois de ser reconhecida como de utilidade pública estadual (1969) e municipal (1993), a Feesc obteve em 1994 registro na Secretaria de Educação de Santa Catarina, a partir do qual pôde passar a “expedir certificados de conclusão de cursos isolados”, sendo que logo depois, em 1995, foi credenciada como fundação “de apoio” junto ao governo federal.

Hoje, atua não só junto ao CTC: passou a exercer influência tamanha na federal catarinense que, em seu sítio, afirma promover “a interação da sociedade com as demais áreas de atuação da Universidade (...), que perpassam das ciências físicas e matemáticas às ciências humanas e sociais”.

O crescimento “acadêmico” da Feesc também apresentou reflexos em vários outros aspectos da fundação, que atualmente possui importantes parcerias com grandes empresas, cujos valores chegam a alguns milhões de reais, oferece cursos de especialização e profissionalizantes contratados pelo setor privado (a custos próximos de R\$ 300 mil) e realiza trabalhos para prefeituras e estatais como a Petrobras e a Eletrobrás.

Uma das parceiras é a Microsoft, que em 1993 brindou a Feesc com o título de “Microsoft Solution Provider”. Outra é a Motorola, que contratou a fundação por



Siglas na fachada do prédio do Centro Tecnológico sinalizam confusão de papéis e conflito de interesses

R\$ 973 mil para, entre fevereiro de 2005 e março de 2007, desenvolver o projeto de pesquisa “UFSC Test Automation”, para fornecer tecnologia e mão-de-obra sob medida para os interesses da empresa.

Entre dezembro de 2004 e junho de 2007, a Feesc também ostenta entre suas atividades o desenvolvimento de um compressor de extrema capacidade para aplicação em refrigeração, cujo custo de R\$ 2,95 milhões foi bancado pela Empresa Brasileira de Compressores (Embraco, criada a partir da fusão das empresas Consul, Springer e Prosdócimo) e pela Finep, do governo federal.

Os contratos da Feesc com o setor público impressionam, saltando à vista os conflitos de interesse. Exemplos que provocam questionamentos: a implementação do “Sistema Universidade Aberta”, para o qual a UFSC destinou R\$ 1,66 milhão à fundação entre de-

zembro de 2006 e novembro de 2007, e o “Free/Livre/Open Software para Prefeituras”, contratado pela Finep por R\$ 1,55 milhão.

O professor Carlos Henrique Soares, que presidiu a Associação dos Professores da UFSC (Apufsc) até 2006, afirmou que a entidade trabalhou junto ao MPE-SC na fiscalização das atividades da fundação. “A Apufsc entregou um documento com denúncias ao MPE-SC, tivemos um bom diálogo com o Ministério Público Federal e o Estadual, e esperamos que essa questão das fundações seja tratada de forma mais abrangente, não só em relação à Feesc, como também em relação a outras, como a Fundação Boiteux”, disse.

A Fundação José Arthur Boiteux (Funjab), a Feesc e outras duas fundações ligadas à UFSC, a Fapeu e a Fepese, tiveram as contas de 2004 rejeitadas pelo Centro de Apoio Operacional de Cidadania

e Fundações do MPE-SC. Entre as principais irregularidades encontradas na Funjab está a contratação de vários funcionários com o cargo de “enfermeiro”, diferindo das finalidades da fundação (que trabalha principalmente na área de Humanas); assinatura de convênios sem a autorização do conselho deliberativo; e a utilização, por um professor que não ocupa cargo algum na Funjab, de um cartão de crédito empresarial da fundação “em bares e restaurantes, autopeças, postos de combustíveis, floricultura, lojas de departamento etc”. As fundações entraram com pedido de reconsideração no MPE-SC.

A reportagem buscou entrevistar o reitor da UFSC, professor Lúcio José Botelho, mas ele se encontrava em viagem. O vice-reitor, professor Ariovaldo Bolzan, também procurado, não pôde conceder entrevista à *Revista Adusp* até o fechamento desta edição.